

Sónia Vaz Borges

Os Arquivos Errantes. Recuperando as histórias da História da luta de libertação nacional do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Há um relembrar que custa, dói e faz rir e chorar, daquilo que foi, daquilo que poderia ter sido, daquilo que se tornou e daquilo que é hoje. No ar fica a pergunta afirmação do será que valeu a pena?

(Apontamento diário de pesquisa. Reflexão sobre a luta e as conversas com Combatentes da Liberdade da Pátria do PAIGC. Sónia Vaz Borges, 8 de junho de 2014)

A luta de libertação: entre imaginários e realidades

Na minha família, histórias sobre Cabo Verde sempre estiveram presentes no dia-a-dia. Histórias sobre infâncias em Cabo Verde, sobre parentes e suas aventuras, sobre o trabalho na agricultura e o período das chuvas e das secas, histórias de viagens no território bem como da emigração, sobre rituais culturais tradicionais, pessoas do quotidiano e figuras religiosas e suas travessuras, com os nomes de ruas, montanhas e estradas mencionados aqui e ali. Todas estas histórias contadas construíram, no meu imaginário, a vida e o dia-a-dia na ilha de Santiago.

De entre as várias histórias que me foram sendo contadas, ou que ia escutando às escondidas, uma delas sempre se destacou: a história de um homem muito importante na nossa História que um dia apareceu no mercado de Santa Catarina. Nesse dia, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) havia cercado o edifício e fechado todas as saídas, não deixando entrar nem sair ninguém do mercado sem ser identificado. Com o passar do dia, as pessoas foram saindo e, no final do dia, o mercado já vazio, a pessoa que a polícia procurava continuava sem ser encontrada. Tudo o que encontraram foi um nome escrito numa casca de banana. O nome, esse era Amílcar Cabral. A história foi contada à minha mãe pelo meu avô, polícia em Santa Catarina que presenciou todo este acontecimento. Foi assim que, primeiro com o nome e, muito mais tarde,

com a História do PAIGC, comecei a desenvolver o meu imaginário sobre a luta de libertação e os seus quotidianos.

Este imaginário desenvolveu-se sem muitos corpos e rostos, um imaginário romantizado, de um lugar onde apenas se conhece o nome dos lugares, os factos e escritos oficiais do pouco que é contado nos manuais escolares, nas pesquisas de arquivo, nos documentários e nos livros escritos. A minha curiosidade em perceber melhor este imaginário, em desconstruí-lo ou aperfeiçoá-lo, fez-me pensar em questões e outras curiosidades sobre o quotidiano da luta. Se o imaginário que criei sobre a luta foi desenvolvido enquanto jovem, e se a luta de libertação do PAIGC foi desenvolvida durante uma guerra armada sob a direção de Amílcar Cabral, uma pergunta pertinente era como viviam as crianças durante este período. Onde e como estudavam? O que lhes era ensinado na escola? Podemos pensar a luta de libertação enquanto prática educativa que vai para além da guerra?

Foi com algumas destas perguntas em mente que me aventurei num projeto de doutoramento, em perceber o quotidiano educativo de uma luta de libertação e conhecer os corpos e rostos desse antigo quotidiano. O projeto resultou numa extensa pesquisa arquivista, mas também num vazio, uma vez que a densidade intermitente e não linear dos documentos escritos não era suficiente para dar forma a esse quotidiano. O vazio então sentido levou-me a Cabo Verde e, mais tarde, à Guiné-Bissau, pois se não posso viver um período passado, posso tentar conhecer o lugar e alguns rostos e, assim, dar forma e vida ao conteúdo dos arquivos.

Foi neste processo de procura de um corpo, de um rosto, de uma forma que me deparei com um novo arquivo, um arquivo com corpo, rosto, forma e vida. Um arquivo hoje reconhecido como o/a Combatente da Liberdade da Pátria, mas a quem chamo Arquivo Errante. Arquivos Errantes são pessoas, histórias, memórias, experiências e reflexões sobre um passado, constituindo verdadeiros arquivos graças à quantidade de informação armazenada nas suas memórias, no seu corpo e nos objetos que muitas vezes guardam em suas casas. Simultaneamente, são errantes porque as suas memórias não são estáticas e fixas no tempo, assim como a sua vida não o é. Essas memórias e reflexões viajaram no tempo e no espaço, tal como o seu corpo, e é neste tempo e espaço que constantemente adquirem novas formas e entoações.

A História, ou versões da História, que nos é dada a conhecer através da voz dos Arquivos Errantes nunca é contada da mesma forma, pelas mesmas palavras, no mesmo espaço e à mesma pessoa. As memórias que nos transmitem e expressam são dinâmicas nas suas diversas formas, sendo desencadeadas de forma diferente e com uma constante mudança de entoação ou de palavras devida aos ambientes e aos contextos em que são contadas e às pessoas a quem são contadas.

Para uma jovem investigadora para quem o contexto da luta de libertação ainda é um conjunto de imaginários criados a partir de histórias e fantasias, o contacto com os Arquivos Errantes é crucial para perceber os quotidianos da luta de libertação e, assim, num processo de interação, poder construir respostas e trazer à História uma diversidade de vidas quotidianas, repletas de elementos e reflexões e colocadas até à data à margem da História e do processo da luta de libertação.

A História da luta de libertação nos livros e nas celebrações

A História da luta de libertação do PAIGC é atualmente oficializada através da comemoração de datas. Entre as datas mais celebradas está o 20 de janeiro de 1973, data do assassinato de Amílcar Cabral, e o 24 de setembro de 1973, data que marca a autoproclamação da independência da Guiné-Bissau pelo PAIGC. No entanto, a celebração destas duas datas tem vindo a ofuscar outras datas celebradas durante o período da luta de libertação nacional. Um olhar atento sobre os manuais escolares produzidos pelo PAIGC entre 1965 e 1974 descobrirá um conjunto de datas celebradas nesse período e que hoje quase caíram no esquecimento. Entre estas datas encontram-se, por exemplo, a celebração da Batalha de Komo, que teve lugar entre janeiro e março de 1964, ou o dia da morte do combatente Domingos Ramos, a 10 de novembro de 1966. Estas datas tinham como objetivo celebrar o coletivo que foi a luta de libertação, bem como criar espaço para uma futura consolidação da memória sobre o coletivo da luta que transcendesse o nível do indivíduo.

Vasco Cabral, poeta e militante do PAIGC, descreveu e celebrou, num poema de 1961, a luta da seguinte forma (Cabral, 1981: 167):

“A luta é a minha Primavera
Sinfonia de vida:
o grito estridente dos rios
a gargalhada das fontes
o cantar das pedras e das rochas
o suor das estrelas!
a linha harmoniosa dum cisne!”

Num final de conversa em 2013, em Cabo Verde, com André Corsino Tolentino, militante do PAIGC, este fez questão de que ficasse bem assente, ao longo da nossa conversa, que:

A luta de libertação nacional, isto também creio que uma das importâncias dessa discrição pode ser tentar transmitir a ideia de que uma luta de libertação não é aquilo que parece imediatamente que é, um cavaleiro ou uma senhora a agarrar uma espingarda, levar munições, eventualmente comida de caminho, e sair por aí aos tiros contra o inimigo. Uma luta é sempre muito cara. É cara em vidas, é cara em saúde, principalmente as pessoas que ficam estropiadas por toda a vida, é cara no sentido de que há familiares que ficam completamente desprotegidos por causa de terem perdido os entes próximos ou por terem perdido a saúde e o braço, uma perna. É preciso que as pessoas saibam que qualquer luta de libertação é um conjunto de vitórias e sofrimento, e, às vezes, as duas coisas estão na mesma pessoa, ou na mesma família ou mesmo grupo. (entrevista a André Corsino Tolentino, Praia, agosto 21, 2013)

Nos livros de História, a História da luta de libertação é contada a partir do nome que dispensa apresentações – Amílcar Cabral. Enquanto Amílcar representa o homem, o indivíduo, já o apelido Cabral representa o coletivo que foi a luta de libertação, onde os rostos mais proeminentes da luta se mesclam com o papel central de uma extensa rede de solidariedade e esforço da população guineense e cabo-verdiana, à qual se juntou uma extensa comunidade internacional política e anónima, “pessoas que sacrificaram muito produzindo para guerrilheiros, recebendo-nos na sua tabanca, protegendo-nos contra o adversário, e sobretudo fornecendo alimentos e tudo o que podiam dar para que a luta vingasse” (entrevista a André Corsino Tolentino, Praia, agosto 21, 2013).

No entanto, o que a oficialização da História através dos livros e das comemorações tende a omitir dos seus documentos é todo este arquivo de sacrifícios individuais e coletivos, bem como este sofrimento e as alegrias físicas, psicológicas e emocionais que se mantêm vivas muito depois do fim oficial da luta de libertação. Os Arquivos Errantes são, então, os portadores destas

narrativas. Nesta medida, é importante definir a luta de libertação numa perspetiva menos redutora, como um processo que vai para além da luta pela independência nacional contra uma política colonialista. É necessário incorporar nesta narrativa da luta as experiências de todo um coletivo anónimo, que a ela se juntou durante um período de 11 anos e que continua a lutar pelos seus ideais até hoje.

É partindo desta necessidade de não reduzir a luta de libertação a um tempo e espaço que a defino como um termo geral para referir um fenómeno social e político, individual e coletivo, um processo-resposta de pessoas que, conscientes da racialização, desumanização, opressão e exploração à qual estão subjugadas pela opressão de um governo e de uma política coloniais dentro e fora do seu “país”, se organizam para dismantelar e destruir as instituições e práticas às quais são subjugadas, empregando para isso todos os meios à sua disposição – sejam atos violentos, como a luta armada de guerrilha, ou atos não violentos, como greves, projetos e programas educativos, resistência cultural e civil, ou qualquer combinação dos mesmos, com o fim de restabelecer a sua dignidade humana, social e cultural e a sua independência política e económica.

Memórias e quotidianos de um Arquivo Errante

Em junho de 2014 visitei pela primeira vez a Guiné-Bissau. O objetivo era dar continuação às conversas com os Arquivos Errantes sobre a luta de libertação e seus quotidianos que tinha iniciado em Cabo Verde, em 2013. Para além disso, imaginava encontrar um documento nunca antes descoberto sobre a luta de libertação. Foi neste estado de entusiasmo que me encontrei em frente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) na esperança de encontrar um documento *ground-breaking* referente à educação durante a luta de libertação. Criada em 1984, esta instituição alberga, no seu fundo de arquivo, os Arquivos Históricos Nacionais (AHN) da República da Guiné-Bissau. Papis Sedjou Touré, responsável pela gestão do arquivo, foi o meu primeiro contacto.

Depois de uma breve apresentação, e depois de me serem comunicados os principais problemas com que o arquivo se deparava, entre eles a falta de equipamento, a falta de pessoal formado e a

falta de condições de trabalho e de pesquisa com que tantos funcionários e investigadores se confrontavam, Papis Touré levou-me à sala principal do arquivo. Uma sala-armazém, escura, com várias estantes enfileiradas, com vários maços de papel castanho aguardando a disponibilização de recursos económicos e humanos para serem catalogados, digitalizados e colocados à disposição dos investigadores.

Os documentos no arquivo eram, na sua grande maioria, a documentação produzida na Guiné-Bissau durante o período colonial. Quando, numa segunda visita, perguntei a Papis Touré onde estavam os documentos referentes à luta de libertação, o responsável do arquivo apareceu com um caixote de 25x34x26 cm, e disse “Isto é tudo o que temos”. Em estado de choque, engoli em seco o que Papis tinha acabado de dizer. A História da libertação do país numa única e simples caixa, sem registo e sem data.

Quando voltei no dia seguinte para verificar mais a fundo o conteúdo da caixa, Papis perguntou-me sobre a minha pesquisa. Numa conversa agradável, à sombra de uma árvore num dos pátios do arquivo, falei sobre a pesquisa que tinha em mente, bem como sobre as perguntas que me tinham levado à Guiné-Bissau, e também sobre a minha decepção com a caixa que me tinha mostrado. Falei também da Escola-Piloto em Conacri, das escolas e dos internatos nas zonas libertadas, dos manuais escolares. Comentei sobre a minha estadia em Cabo Verde e com quem tinha falado, mas também desabafei sobre o facto de ter tido a oportunidade de falar com muito poucos alunos e professores das zonas libertadas.

Nisto, Papis Touré responde, “Eu fui aluno nas zonas libertadas e no Internato Militar Abel Djassi em Madina do Boé. Toda a minha formação de base foi feita nas escolas do PAIGC nas zonas libertadas”. Nesse momento, Papis Touré tornou-se o Arquivo Errante, com histórias das experiências e quotidianos da luta que o INEP enquanto arquivo não havia reconhecido enquanto parte da História da luta de libertação do PAIGC e do país. Munida de um gravador e de um bloco de apontamentos dei início à minha conversa e à descoberta das memórias de Papis Touré e da sua história e participação na luta de libertação.

Papis Sedjou Touré (entrevista, Bissau, Maio 13, 2014) nasceu no posto administrativo de Farim, neto de Marabou senegalês e filho de Papis Mamadi Touré e Bobo Maria Mansebo, tendo “duas idades”. Com efeito, a sua data de nascimento manteve-se uma incógnita durante toda a nossa conversa, ficando apenas registado que a sua data de nascimento real não era a indicada na identificação fornecida pela luta de libertação.

Antes do início da luta, o pai havia estudado árabe no Senegal, de onde regressou casado e com a profissão de alfaiate. Tinha duas moradias em Farim: uma residência na praça de Farim, com duas casas de adobe cobertas de colmo no bairro de Rotunda, onde vivia durante o tempo seco, e outra residência na tabanca para onde ia no tempo das chuvas.

Durante a luta de libertação, as suas viagens entre o interior e Farim levantaram suspeitas à tropa colonial devido a um ataque levado a cabo pelas forças coloniais no interior das zonas libertadas. Papis não teve oportunidade de frequentar a escola, porque na altura, em 1963, relembra, era muito difícil sair das zonas libertadas devido ao perigo de ataques. Foi o irmão Madi Touré, estacionado na barraca¹ de Canjambare como comandante de pelotão, quem começou a ensinar-lhe as primeiras letras durante as suas visitas à tabanca. Papis ficou mais tarde encarregue de cuidar deste irmão, que perdeu uma perna na sequência do rebentamento de uma mina.

Colocado ao cuidado do irmão, Papis iniciou a sua vida escolar de forma mais efetiva enquanto o acompanhava no Lar do PAIGC in Zinguinchor (Senegal). Da sua vida enquanto estudante, Papis recorda a passagem pelo Lar de Kundara em Boké (Guiné-Conacri), onde o grupo de 24 crianças e seis professores ficou durante uns meses até ao regresso a Madina do Boé (Guiné-Bissau), onde foi instalado o Internato Militar Abel Djassi. Papis frequentou o Internato Militar até à independência, mesmo após este ser desmantelado e transferido para a zona norte do território na região de Campada.

Da viagem do Sul para o Norte, Papis lembra-se que, por um erro de interpretação da rota por parte do condutor, a coluna quase deu de caras com o quartel português em Lumé, na área de

1 Barraca: termo militar utilizado pela guerrilha do PAIGC para designar a localização de uma base militar.

Cossé. Tal erro obrigou toda a coluna a fazer o caminho inverso para Badunlengo e a passar a noite dormindo à beira do rio.

Da vida no internato, Papis recorda também o treino militar recebido durante todo um fim-de-semana e ministrado pelo instrutor militar Joni, que havia pertencido ao antigo comando colonial. Recorda também quando houve escassez nas reservas de arroz no internato, isto porque alguns professores e militares resolveram trocar o arroz por vinho. A escassez deu origem a uma reunião de alunos onde estes realçaram os problemas da escola, o que levou à transferência de alguns professores para o Centro de Instrução Político-Militar (CIPM) de Madina do Boé, e daí para a linha da frente. Papis relembra o dia em que militantes do PAIGC visitaram o internato juntamente com jornalistas e filmaram toda a escola e as casernas de palha onde viviam, bem como as atividades de trabalho cultural tradicional e as peças de teatro realizadas pelos alunos.

Entre estas e outras atividades escolares, Papis recorda ter sido um dos alunos selecionados para integrar, com militares e outros alunos mais velhos, uma coluna de missão cujo destino era o armazém de um Homem Grande² chamado Alfan, na fronteira da Guiné-Conacri, a fim de trazer bens essenciais para o internato, entre os quais caixas de mandioca, sardinha, leite e medicamentos.

Histórias cómicas, Papis também as tem. Entre elas realça a vez em que a tropa portuguesa pensou ter identificado o internato, após verificar alguns movimentos nas folhagens durante um voo de reconhecimento. Assim, montaram uma operação de bombardeamento ao local e anunciaram na rádio o ataque e a destruição do internato. No entanto, não foi o que aconteceu, e a movimentação nas folhagens não era mais do que um grupo de macacos. A notícia ouvida na rádio levou os alunos a deslocarem-se a essa área para recuperar os restos mortais dos macacos, que serviram como refeição no internato. Mas Papis também se recorda de um bombardeamento à noite, em que alunos e professores foram obrigados a abandonar o internato e a refugiar-se debaixo de um vale de pedras correndo o risco de serem mordidos por serpentes.

2 Homem Grande: termo masculino utilizado em crioulo da Guiné-Bissau para referenciar o estatuto de alguém importante na sociedade. Este estatuto está ligado à idade da pessoa ou à sua posição social.

Dos professores, Papis recorda-se com especial carinho de Mário Ribeiro, com quem aprendeu a ler e a escrever graças a um método de ensino desenvolvido *in loco* pelo próprio professor. Recorda-se também com especial afeto das aulas de Educação Militante e História, afirmando ainda hoje que, se por acaso um dia fosse chamado para uma prova escrita nestas duas matérias, tiraria a melhor nota.

Em 1971, o internato foi transferido para o Norte do país, para a região de Campada. Depois da independência, o internato foi ocupar um antigo quartel militar colonial, localizado na linha de fronteira com o Senegal. Das memórias que guarda da luta, a mais marcante foi a morte de Amílcar Cabral e as dúvidas e incertezas sobre a continuação da luta. Mas, segundo Papis, interpretou a continuação da luta partindo dos ditos da tradição dos velhos Mandinga, que costumavam dizer “Si matcho ka morri, matcho ka ta ten”³.

A história de Papis Touré na luta de libertação cruza-se com a história de Segunda Lopes. Foi no final da entrevista com Papis que este mencionou a importância de também contactar a professora nas zonas libertadas e diretora do Internato Militar Abel Djassi, que vivia em Bissau, no Bairro dos Antigos Combatentes, a caminho de Antula.

O primeiro contacto com Segunda Lopes veio como uma surpresa. Depois de uma viagem até ao Bairro dos Antigos Combatentes de toca-toca,⁴ fui perguntando às pessoas com quem me cruzava pela localização exata do bairro. Uma vez lá, perguntei onde ficava a casa de Segunda Lopes. Os vizinhos indicaram-me onde morava e foi assim que bati à sua porta. Quem abriu a porta foi uma das filhas que, após ouvir quem eu era, me acompanhou até à cozinha, onde Segunda Lopes se encontrava agachada a descascar algumas mandiocas. Quando novamente me apresentei e disse ao que vinha, Segunda levanta-se, dá-me um abraço e diz: “Fazia tempo que esperava alguém para falar sobre esta história”.

3 Ditado popular guineense que pretende elucidar a importância de uma pessoa na sociedade e a continuação do seu trabalho pelos seus camaradas, assim como pelas gerações vindouras. Quer-se com esta expressão dizer que mesmo que uma pessoa morra (qualquer que seja a razão da morte), outros continuarão o trabalho que a pessoa iniciou.

4 Toca-toca é o principal meio de transporte coletivo em Bissau.

Segunda Lopes (entrevista, Bissau, maio 26, 2014) nasceu em 1950 na ilha de Komo, filha de Pedro Lopes e Maria Sábado Vieira. Com o falecimento da mãe, Segunda Lopes, entregue aos cuidados da prima Henriqueta Baldé e do seu esposo, o professor Simão Silá, foi viver para Madina de Baixo no setor de Empada. Foi durante a luta de libertação que Segunda iniciou a sua educação escolar. Da sua infância escolar, Segunda recorda que a vontade de estudar a levou a fugir várias vezes de casa e das tarefas domésticas para poder frequentar a escola. Reprendida pela prima, Segunda contra-argumentava com o facto de ser órfã de pai e mãe, e com o facto de querer estudar para “ter um futuro amanhã”.

O seu pedido foi atendido mediante o acordo de que, antes de ir para a escola, teria de realizar primeiro todas as tarefas domésticas de que estava encarregue. Assim, recorda que antes de ir para a escola tinha de deixar o arroz no pilão já preparado e em repouso. Ficava na escola entre as 8h00 e as 11h30, altura em que ia para casa continuar as suas tarefas domésticas, que incluíam preparar a refeição para a família. Caso não conseguisse regressar à escola no período da tarde, uma das suas colegas copiava a matéria do quadro. À noite, após terminar as tarefas domésticas, que incluíam cozinhar, servir a refeição e arrumar, Segunda sentava-se à luz de uma vela improvisada e estudava a matéria à qual não tinha podido assistir na escola. E assim estudou até à quarta classe, muitas vezes com a ajuda do seu professor Zé Dinis Sequeira que, por vezes, a acompanhava durante os estudos.

Completo o quinto ano de escolaridade nas zonas libertadas e, aos 17 anos, em 1967, foi seleccionada para ir a Conacri fazer um Curso de Formação e Reciclagem de Professores, sob direção de Maria da Luz Boal, Maria Amélia e Vasco Cabral. Aprovada nos exames finais, começou a dar aulas em Cãn no Sul do território. Antes do início das aulas foi receber treino militar em Madina do Boé, a fim de saber defender a escola e os alunos em caso de ataque. Em Madina do Boé fez o seu juramento de bandeira, na presença de Amílcar Cabral e do comandante Pedro Pires. Em 1969, de Cãn foi transferida para Catdjoar, onde não só foi professora como também escritã nos Tribunais do Povo ao lado de Fidelis Cabral. Mais tarde foi transferida para o hospital em Caboconde, onde dava aulas durante o dia e, durante a noite, trabalhava no serviço hospitalar tratando de doentes e feridos. Segunda Lopes também trabalhou no hospital de Donka em Unar, de onde foi transferida para Quinara, tendo assistido ao

bombardamento de 28 de março de 1972. Regressou depois a Madina do Boé para trabalhar no CIPM, onde acabou por conhecer o instrutor militar com quem viria casar.

Foi Amílcar Cabral quem a nomeou como diretora do Internato Militar Abel Djassi, onde tinha sob sua responsabilidade aproximadamente 275 pessoas, incluindo alunos e professores. Segunda Lopes recorda-se das suas tarefas enquanto diretora do internato e das suas viagens entre Lugadjor e a Guiné-Conacri para buscar material escolar juntamente com Caetano Semedo, responsável pelo carro de transporte. Uma vez obtido o material, a viagem seguia de Conacri a Boké, onde paravam para descansar, seguindo depois para Lugadjor em Madina do Boé, o mesmo lugar onde o país proclamou a sua independência a 24 de setembro de 1973.

Memória e corpo como documentos efémeros

Quotidianamente falamos de “memória” como se fosse uma habilidade ou uma função, quando, na verdade, a memória compreende um número de habilidades, sistemas e funções que trabalham em conjunto (Pollock, 2005).

O Arquivo Errante militante do PAIGC e as suas memórias sobre a luta de libertação, para além de serem memórias experienciais e vividas, são, ao mesmo tempo, resultado também de uma memória histórica refletida e construída. No entanto, contrariamente à memória construída, catalogada e guardada nos arquivos tradicionais, a do Arquivo Errante compreende um arquivo desconhecido da luta de libertação. Os documentos deste Arquivo não só são particulares como também, muitas vezes, só são partilhados em eventos familiares ou quando uma conversa entre estes Arquivos e um investigador se desenrola no processo de recolha de testemunhos orais. Neste caso, as memórias são narradas de uma forma não-linear e colocadas em diálogo com um presente que projeta um futuro ainda em utopia. No entanto, estas memórias apresentam uma desordem cronológica com informações individuais e coletivas carregadas de significados e interpretações pessoais.

Uma entrevista para recuperação de histórias orais, quando conduzida de forma sensível e esmerada, pode ajudar a criar novos conhecimentos que poderão gerar oscilações na forma como

a História é escrita e interpretada, trazendo a lume experiências pessoais que, por sua vez, ajudam a compreender o quotidiano pessoal em que certos eventos aconteceram, complementando, assim, a informação de que os arquivos não dispõem.

Esta mescla entre factos históricos e interpretações e vivências pessoais coloca ao investigador o enorme desafio não só de compreender, mas também de escrever a História da luta de libertação de uma forma mais sensível tendo em conta todos estes elementos. No processo de escrita, ele terá de considerar os processos de armazenamento de memória e de recordação, bem como deverá diferenciar aquilo que é pessoal e experiencial daquilo que é a construção da memória histórica influenciada por fatores externos e oficiais e destinada a construir uma memória coletiva da História de um país, guardada nos arquivos oficiais.

Estes Arquivos são hoje vistos como espaços de memória e fonte confiável de informação, como um sistema de pastas de documentos manuscritos e catalogados, um património único e insubstituível transmitido de uma geração para outra, assumindo um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva (*Universal Declaration on Archives*, 2011).

No entanto, a autoridade histórica dada a estes Arquivos levanta um conjunto de questões, nomeadamente: como incorporar neles as histórias que até então não foram guardadas e oficialmente catalogadas, que permanecem nas margens e são partilhadas irregularmente em eventos privados? Qual o lugar da memória imaterial no arquivo? Qual o lugar da voz de uma população oprimida nestes arquivos? Onde se situa a autoridade dos Arquivos Errantes e das suas histórias e memórias?

É trabalho do investigador procurar integrar nesta documentação a oralidade das memórias e experiências dos Arquivos Errantes. No entanto, nem toda a informação que estes possuem pode ser aqui incluída. Fora do processo de catalogação ficam documentos impossíveis de documentar, entre eles, as emoções e sentimentos, as cicatrizes – tudo isto documentos registados no corpo dos Arquivos e, por isso, não só impossíveis de registar, mas também essencialmente efémeros, na medida em que têm uma temporalidade de vida limitada. A

memória também tem a sua efemeridade e limitações, uma vez que é processada pelo cérebro de um modo muito seletivo, sendo impossível registrar todos os eventos e experiências vividas e conservá-las ao longo da vida (Tumblety, 2013).

Assim, os Arquivos Errantes têm como principal característica a sua efemeridade. A efemeridade da memória, devido a fatores como o tempo e a saúde, e a efemeridade do corpo humano, mas também uma efemeridade impossível de registrar, como os sentimentos e emoções dos momentos vividos ou as marcas permanentes que algumas experiências deixam registradas no próprio corpo.

Recordando a sua história na luta de libertação, Segunda Lopes no final da entrevista resolveu levar a nossa conversa para além da oralidade da sua memória e decidiu mostrar partes do seu corpo como resultado da luta. À medida que mostrava as marcas da guerra e as marcas do tempo, confidenciava: “Eu dava aulas. Eu cozinhava para aqueles meninos, pois tinha meninos mais pequeninos. Eu lavava a roupa deles. Não estás a ver como é o meu corpo hoje. Está acabado! O meu corpo todo estragou, naquela canseira. Naquela canseira de vida! Agora já grande assim o meu corpo cobra-me”.

O Arquivo Errante na memória coletiva da História da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, país que quotidianamente vive num limbo de construção, destruição e reconstrução histórica, após quarenta e cinco anos de independência, vários golpes de estado e uma violenta guerra civil, vê-se a braços com o desaparecimento físico dos Arquivos Errantes, devido ao tempo, à idade e à saúde, bem como à negligência e à urgência de outros assuntos de um Estado em construção.

Em 2014, durante a minha visita, foi-me indicado o nome de Umaru Djaló, um importante estrategista militar da luta de libertação e ministro da Defesa Nacional até 1980. Certamente, Umaru Djaló teria memórias importantes para partilhar sobre este processo de luta e o projeto de reconstruir o país. No entanto, os nossos caminhos desencontraram-se e o militar acabou por falecer em Lisboa devido a problemas de saúde, estando eu ainda em Bissau a entrevistar camaradas seus.

Parte da História recente da Guiné-Bissau encontra-se documentada de duas formas. Uma composta pelo arquivo colonial e outra inscrita no Arquivo Errante da luta de libertação, porém, enquanto o primeiro está encerrado numa sala de arquivo cujas datas marcam as suas limitações, o segundo aglomera em si três episódios da História, nomeadamente a História colonial, a História da libertação e a História da utopia. Este último Arquivo, ao contrário do primeiro, circula livremente pelo país e pode ser consultado até na mais distante tabanca. Vivendo no presente, os Arquivos Errantes ocupam o espaço intermédio e de transição da História do país, fazem parte tanto do passado como do futuro, e a sua presença, bem como a sua passagem, faz lembrar a todos que a História da luta de libertação é uma História atual.

No entanto, documentar e arquivar a História da luta de libertação que os Arquivos Errantes trazem consigo não é um processo fácil, uma vez que a sua errância, tanto de lugar como de memórias e recordações, torna também o próprio investigador um coletor errante do processo de pesquisa. O registo de memórias e a obtenção de novas interpretações de acontecimentos da História podem entrar em conflito com aquilo que oficialmente se quer criar e divulgar como memória coletiva, uma vez que registar estas memórias significa também registar as contradições de um período histórico que se quer guardar linear, sem nódoas nem contradições.

No entanto, registar estas vozes, mesmo contraditórias ou dissidentes, é de uma urgência absoluta, uma vez que elas representam também o coletivo que foi e fez a luta de libertação, bem como a História da opressão, da resistência e das utopias.

Gravar a memória dos Arquivos Errantes, apesar das limitações que tal gravação apresenta e das contradições que muitas narrativas possam apresentar, é dar às futuras gerações ferramentas para imaginar o futuro individual ou coletivo, e, por conseguinte, o futuro do país.

Bibliografia

Anastacio, T. J., Ehrenberger K. A., Watson, P., & Zhang, W. (2012). *Individual and collective memory consolidation: analogous processes on different levels*. London: The MIT Press.

International Council of Archives. (2011). *Universal Declaration on Archives*. Consultado em junho 15, 2018, em https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf

Basu, P., & De Jong, F. (2016). Utopian archives, decolonial affordances. Introduction to special issue. *Social Anthropology*, fevereiro, 5-19.

Cabral, V. (1981). *A luta é a minha Primavera* (p. 167). Oeiras: África: Cântico Geral.

Diawar, M., Lategan, B., & Rusen, J. (2010). *Historical memory in Africa: dealing with the past, reaching the future in an intercultural context*. Oxford: Berghahn Books.

Fara, P., & Patterson, K. (1998). *Memory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Janesick, V. J. (2010). *Oral History for the qualitative researcher: choreographing the story*. London: The Guilford Press.

Jenkinson, H. (1965). *A manual of archive administration*. London: Percy Lund, Humphires & Co, LTD.

Blouin, Jr., F. X., & Rosenberg, W. G. (2011). *Processing the Past. Contesting the authority in history and the archives*. Oxford: Oxford University Press.

Brosius, M. (2003). *Ancient Archives and Archival traditions. Concepts of record-keeping in the ancient world*. Oxford: Oxford Press University.

Misztal, B. A. (2003). *Theories of social remembering*. Philadelphia: Open University Press.

PAIGC. (1978). *PAIGC, Educação, Tarefa de Toda a Sociedade, 1978, República da Guiné-Bissau*. Bissau: Comissariado de Estado da Educação Nacional.

Pepetela. (1992). *A Geração da Utopia*. Alfragide: Dom Quixote.

Pollock, D. (2005). *Remembering. Oral History Performance*. New York: Palgrave Macmillan.

Tumblety, J. (2013). *Memory and History. Understanding memory as source and subject*. New York: Routledge